

O período joanino e a eficiência analítica de alguns textos desbravadores

Isabel Lustosa

I. INTRODUÇÃO

A vinda da família real portuguesa para o Brasil há 200 anos representou a imediata elevação do Brasil a sede do Império português, do qual ele era antes apenas uma colônia. Essa mudança teve consequências econômicas, políticas, sociais e culturais que modificaram rapidamente a vida brasileira, principalmente no Rio de Janeiro. Os principais fatores de mudança foram: a alteração nas relações de poder locais em virtude da presença física do monarca; a implantação do aparelho de Estado com suas repartições e seus serviços, inclusive uma imprensa oficial (Impressão Régia); a abertura do Brasil ao comércio internacional, rompendo a antiga tradição do exclusivo colonial e a mudança da política administrativa relacionada ao Brasil.

Antes da vinda da Corte, não havia empenho de Portugal no sentido de promover a integração das várias capitanias em que se dividia o Brasil. Ao contrário, o receio de que algum movimento as unisse e levasse à Independência fazia com que a abertura de estradas que facilitassem a comunicação entre as capitanias fosse proibida pela Coroa. Pelo mesmo motivo, também era rigorosamente proibida a produção de impressos e totalmente controlada a circulação de estrangeiros. A partir de 1808, o que antes era proibido e indesejável passou a ser implementado: com a Abertura dos Portos, os comerciantes estrangeiros passaram a ser bem-vindos; um decreto real determinou que fábricas, antes proibidas, fossem criadas em alguns pontos do Brasil; estradas foram abertas ou melhoradas e a navegação de cabotagem e nos grandes rios brasileiros foi estimulada.

No entanto, mesmo em Portugal, há muito tempo havia gente pensando nas grandes possibilidades que adviriam para o país com a transferência da Corte para a América: os que desejavam o fortalecimento da Nação Portuguesa tendo por base as riquezas do Brasil. Um dos argumentos de que se valiam era o de que o Brasil – distante dos conflitos da Europa e com sua imensa costa difícil de ser atacada – oferecia maiores condições de defesa e segurança para a Coroa. Esses ideólogos pensavam em construir um império transoceânico que recuperasse para Portugal as glórias de seu passado. Seus sentimentos eram partilhados pela maior parte dos brasileiros cultos. Afinal, éramos todos portugueses antes de 1822.

A abertura dos Portos em janeiro de 1808 acabou com um sistema que vigorava há séculos: o exclusivo colonial. Por esse sistema, o Brasil só podia comerciar com o resto do mundo via Lisboa. E os negócios mais lucrativos da economia portuguesa, antes de 1808, estavam relacionados com o Brasil. Depois que os franceses foram expulsos de Portugal e a paz se restabeleceu, os portugueses começaram a pressionar pela volta do rei e, com ele, do velho sistema. Nem d. João queria ir nem os brasileiros queriam voltar a ser colônia de Portugal. Os desdobramentos da Revolução Constitucionalista, acontecida na cidade do Porto em agosto de 1820, provocaram a volta de d. João a Portugal, o “Fico” e a Independência.

Assim, pode-se dizer que o processo da Independência foi resultado direto da inversão de papéis entre Lisboa e o Rio de Janeiro. A vinda do chefe de governo com todo o aparato que o cercava, e com a força militar com que contava para sua proteção, representou o estabelecimento de um poder organizado e forte na colônia. Era uma instituição legítima e consolidada, e criou nos brasileiros a expectativa de que o Brasil passaria a ser a sede definitiva da monarquia portuguesa. O que também, depois da Independência, deu uma sobrevida ao sistema, garantindo que o regime monárquico se prolongasse no Brasil por quase 70 anos.

2. EM TORNO DE UMA DATA

O breve resumo desses fatos históricos beneficia-se das muitas leituras e audições a que tivemos acesso ao longo de muitos anos, mas principalmente durante os festejos e publicações relacionados com os 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Essas comemorações tiveram início ainda em 2007 e se prolongaram por todo o ano seguinte, com mais intensidade no primeiro semestre e na cidade do Rio de Janeiro, onde a Corte se estabeleceu. Na mídia, a data despertou enorme interesse de forma que, talvez, desde os festejos pelo centenário da Independência em 1922, nunca mais se tinha visto em relação a um fato histórico.

No entanto, não frequentaram muito o noticiário os temas mais polêmicos relacionados com o estudo do período, dos quais o mais interessante diz respeito à política econômica. Pois se sabe que é considerável a quantidade de estudos sobre os antecedentes e as consequências do decreto de Abertura dos Portos e do tratado de comércio assinado em 1810 com a Inglaterra e renovado em 1825 por d. Pedro I. Sobre esse importante tema, merece destaque o artigo de Rubens Ricúpero: “O problema da Abertura dos Portos”, inserido no livro organizado por Luís Valente e o mesmo Ricúpero, *A Abertura dos Portos*.¹ Ricúpero faz um interessante estudo comparativo entre o decreto de Abertura dos Portos e o tratado assinado com a Inglaterra em 1810. O autor chama a atenção para o caráter daninho desse tratado, um mau negócio tanto para o Brasil quanto para Portugal, e para as razões políticas de sua assinatura – atender aos interesses da dinastia Bragança. Mostra ainda como foram esses mesmos interesses, depois representados por d. Pedro I, que levaram à renovação do mesmo tratado, em bases igualmente desvantajosas para o Brasil, em 1825.

Outro aspecto pouco contemplado nos debates foi a questão da concentração dos benefícios resultantes de todo o processo na região Centro-Sul do país, em detrimento do resto do Brasil e do Norte e Nordeste em especial. Esse fato foi o motor das revoluções que agitaram Pernambuco, e só esteve em pauta nas comemorações por

¹ RICÚPERO, Rubens. O problema da Abertura dos Portos. In: RICÚPERO, Rubens; VALENTE, Luís (Org.). *A Abertura dos Portos*.

intermédio da voz solitária de um autor contemporâneo da maior importância: Evaldo Cabral de Melo.

No meio acadêmico-universitário, a data propiciou a realização de muitos seminários e conferências. Merecem destaque os grandes encontros internacionais produzidos pela Universidade Federal Fluminense, em março, e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em maio. Além do encontro promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, no Museu da Justiça, e a série de conferências promovidas pela Academia Brasileira de Letras, todos realizados no Rio de Janeiro. O seminário realizado na UFF reuniu pesquisadores do Brasil e do exterior, notadamente de Portugal, e foi, certamente, o maior evento acadêmico relacionado com o tema. Os que dele participaram tomaram contato com pesquisas que abrangem os mais variados aspectos: as razões da transferência da Corte; fatores que a antecederam; as vicissitudes da viagem; a Abertura dos Portos; a criação do Banco do Brasil; o papel dos naturalistas; o funcionamento da justiça; os desdobramentos econômicos causados pela transferência e instalação da Corte no Rio de Janeiro; o impacto da mudança sobre outras regiões do Brasil, como o Nordeste e o Sul. Figuras importantes como o conde de Linhares e o visconde de Cairu tiveram suas idéias e trajetórias analisadas em mais de um trabalho.

A administração de Paulo Fernandes Viana no Rio de Janeiro também mereceu estudo minucioso. Mais uma notável contribuição dessa grande historiadora luso-brasileira, uma das maiores especialistas no período: Maria Beatriz Nizza da Silva. Na questão da administração da justiça, os trabalhos que o professor Arno Wheling apresentou em vários dos encontros que se realizaram o definem como o maior especialista na matéria e jogam luz sobre esse aspecto tão pouco conhecido e, no entanto, tão importante para os desdobramentos que ocorreram não só após a chegada do Rei, mas também depois de sua partida.

Tanto na UFF quanto no IHGB também foram abordadas questões puramente historiográficas relacionadas com o tratamento

dos diversos temas, tal como vêm sendo trabalhados no Brasil e em Portugal. Nessas matérias, particularmente proveitoso foi o diálogo com os colegas portugueses que para cá vieram, em especial pela revelação de arquivos e de novos estudos vinculados à elite portuguesa e à situação econômica de Portugal depois de 1808.

Tantas foram as publicações lançadas no âmbito das comemorações dos 200 anos da chegada da Corte, que seria fastidioso arrolá-las aqui. A música, a ciência e os impressos foram temas de livros que estão hoje entre os mais vendidos nas livrarias. O *best-seller* de Laurentino Gomes, 1808,² popularizou o tema, ampliando ainda mais o público leitor que já tinha se encantado com a obra de Patrick Wilcken, *Império à deriva*,³ lançada há poucos anos. O livro de Vasco Mariz, *A música do Rio de Janeiro no tempo de d. João VI*,⁴ também apresenta o ambiente da Capela Real, palco da disputa entre o arrogante maestro português Marcos Portugal e o modesto músico brasileiro José Maurício Nunes Garcia.

A antiga igreja do Carmo – que foi Capela Real e, depois da Independência, Capela Imperial, título que conservou até a Proclamação da República – foi totalmente restaurada para as comemorações. Os livros sobre a história do Jardim Botânico, *O jardim de d. João*,⁵ de Rosa Nepomuceno, e sobre Taunay e a chamada Missão Francesa, *O sol do Brasil*,⁶ de Lilia Schwarcz, jogam nova luz sobre esse dois aspectos importantes do período. A trajetória e o papel de Carlota Joaquina naquele contexto, que já tinham sido estudados em livro anterior por Francisca de Azevedo, *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*,⁷ são agora reforçados pelas cartas da princesa e depois rainha reunidas em edição comentada pela mesma autora, *Carlota Joaquina: cartas inéditas*.⁸

A imprensa do período joanino foi o tema de diversos livros lançados ou reeditados no âmbito das comemorações. Para o conhecimento da história e do conteúdo da *Gazeta do Rio de Janeiro* foram importantes contribuições os livros de Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*,⁹ e de Juliana Gesuelli Meirelles, *Imprensa e poder na Corte joanina:*

² GOMES, Laurentino. 1808.

³ WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a Corte portuguesa no Rio de Janeiro: 1808-1821*.

⁴ MARIZ, Vasco. *A música do Rio de Janeiro no tempo de d. João VI*.

⁵ NEPOMUCENO, Rosa. *O jardim de d. João*.

⁶ SCHWARCZ, Lilia. *O sol do Brasil*.

⁷ AZEVEDO, Francisca de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*.

⁸ AZEVEDO, Francisca de. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*.

⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*.

¹⁰ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*.

¹¹ KURY, Lorelai. *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*.

¹² IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello de. *Silva Porto: livreiro na Corte de d. João*, editor na Independência.

¹³ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras

¹⁴ SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: Império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro:1808-1821*.

a *Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*.¹⁰ Importante publicação do mesmo editor da *Gazeta*, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, a revista *O Patriota* teve todos os seus textos reunidos em um CD que acompanha o livro de textos de quatro autores sobre a mesma publicação, organizado por Lorelai Kury, *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*.¹¹ O livro de Cybelle e Marcello de Ipanema, *Silva Porto: livreiro na Corte de d. João*, editor na Independência¹² mereceu bela reedição.

3. OS ESCRAVOS E O REI: A INSTÂNCIA SUPERIOR DOS DESVALIDOS

Em termos de estudos mais abrangentes, destacam-se dois trabalhos de fôlego: a biografia *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*,¹³ de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, originalmente publicada em Portugal e aqui lançada pela Companhia das Letras; e *Versalhes tropical: Império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro:1808-1821*,¹⁴ da historiadora norte-americana Kirsten Schultz. A biografia de d. João é trabalho denso, que tem em relação às biografias anteriores a novidade do foco: é um olhar português sobre seu reinado. Novidade porque enfrenta outra questão que esteve em pauta nos debates: o contraste entre o olhar francamente favorável com que a historiografia brasileira viu o personagem e seu reinado e a visão crítica, para não dizer desfavorável, que dos mesmos se construiu em Portugal. No entanto, é biografia que vai na mesma direção das anteriores ao se deter no período bem mais do que no personagem, não trazendo maiores revelações a seu respeito.

Mas, sem dúvida, a longamente esperada publicação do livro de Kirsten Schultz foi o grande marco entre as tantas publicações do período. Originalmente publicado nos Estados Unidos em 2001, o livro de Kirsten Schultz já figurava na bibliografia da maior parte dos estudos que se produziram daí em diante. Baseada em densa pesquisa documental, a autora percorre os principais temas relacionados ao período, produzindo análise original e aprofundando as discussões propostas por outros autores que a antecederam. Sua

maior contribuição é, sem dúvida, na análise da relação dos escravos com d. João, intermediada pelo intendente geral de polícia, Paulo Fernandes Viana. De certa forma, Kirsten repensa em seu estudo a questão dos limites do liberalismo no âmbito do despotismo ilustrado que orientou a política joanina. Ela analisa, de forma bastante feliz, o impacto que a “imediate presença do soberano” representou sobre as relações sociais, inclusive as entretidas entre senhores e escravos. A seu ver:

No processo tanto de construir uma nova Corte quanto de forjar uma nova política de monarquia no Novo Mundo, os imperativos da sociedade colonial e os imperativos de uma Corte real reconfiguraram-se juntos.

A prática de peticionar à Coroa estendia-se a todos os vassallos, independentemente do seu *status* social. No entanto, apesar de os escravos estarem formalmente excluídos da comunidade de vassallos do Rio, depois da transferência da Corte eles passaram a reivindicar um relacionamento particular com a Coroa, vendo “o monarca como a fonte de justiça à qual todos estavam sujeitos e à qual todos podiam apelar quando diante de dificuldades.” Essa ação dos escravos levando seus pedidos ao rei criou uma situação de fato no que concernia às relações de poder que mantinham com seus proprietários. Assim, diz Schultz, a autoridade do rei antagonizava com a autoridade do senhor. Ao atender o pleito do escravo, o soberano demonstrava que a autoridade real estava acima de todas as demais hierarquias sociais e que a autoridade do proprietário de escravos deveria ser manifestamente circunscrita pela Lei e pela Coroa. Em outras palavras, a própria autoridade da monarquia, teoricamente reconhecida como absoluta, mas também justa e liberal, ficaria enfraquecida se proprietários de escravos fossem liberados para agir de maneira que seu soberano não podia agir. Ao intervir impedindo as injustiças e a tirania das autoridades inferiores, diz Schultz, a Coroa revelava que o poder real absoluto era virtuoso.

¹⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*.

O valor de contribuições como o trabalho de Kirsten Schultz, só agora tornado acessível ao público universitário, e seu enraizamento no campo historiográfico a que veio se associar, só será devidamente avaliado com o tempo. No entanto, quero crer que, mesmo sendo grandes contribuições, elas todas se beneficiam em grande medida de alguns trabalhos precursores que ainda continuam a iluminar os caminhos dos que elegem essa importante fase de nossa história como tema de seus estudos. Dentre os que para mim foram fundamentais, destaco os trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias e de Maria de Lourdes Viana Lyra. A meu ver, são obras que, tal como o estudo de Schultz, se propuseram a examinar o período de forma abrangente, reunindo um conjunto de informações inéditas e produzindo teses que hoje fazem parte do acervo de que partem historiadores e cientistas sociais para analisar esse momento histórico. Assim me parece que, mesmo sendo grande o esforço renovador das tantas investigações em curso, a acuidade e pertinência das análises dessas duas autoras ainda não foram superadas. Cabe aqui resumir suas idéias centrais de modo a demonstrar essa afirmativa.

4. PROGRESSO, ORDEM E CONSERVAÇÃO: AS BASES DA INDEPENDÊNCIA

Dois trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias, recentemente reeditados, são os mais citados pela bibliografia relativa ao período. A autora reuniu em um pequeno livro, *A interiorização da metrópole e outros estudos*,¹⁵ seus três ensaios mais importantes. Contrastar a dimensão material dessa obra, em termos de páginas impressas, com a enorme importância que tiveram para os estudos que se lhe seguiram deve, de alguma forma, nos ajudar a refletir sobre a possibilidade de um conteúdo capaz de prover com teses originais um campo do conhecimento ser formulado de forma econômica, clara e objetiva. De fato, com poucas e bem colocadas palavras, Maria Odila desenvolveu teses fundamentais que fizeram de seus artigos orientadores de trilhas seguidas posteriormente por outros grandes historiadores brasileiros e estrangeiros.

Seu trabalho mais antigo, “Aspectos da Ilustração brasileira”,¹⁶ publicado no começo de 1968 na revista do IHGB, abriu caminho para muitos estudos no campo da história das idéias e das práticas políticas do período. Como ele se relaciona diretamente com o trabalho da Maria de Lourdes Viana Lyra, que comentarei em seguida, me atenho primeiro ao texto clássico e que foi citado durante os eventos de 2008: “A interiorização da metrópole”.¹⁷ Publicado em 1972, portanto, quatro anos depois do primeiro, esse artigo abriu a senda para outros trabalhos importantes nas áreas da história econômica e social brasileiras.

Ao ter estabelecido em seu ensaio fundador as matrizes do processo de desenvolvimento econômico do Centro-Sul do país – predomínio social do comerciante; interdependência de interesses rurais, comerciais e administrativos; processo moderado de emancipação da colônia em relação à metrópole, no qual menos do que a questão política predominaram os interesses econômicos locais –, Maria Odila deu a régua e o compasso que possibilitaram, entre outros, os trabalhos de Alcir Lenharo, Riva Gorenstein e João Fragoso. Ela também explorou com eficácia analítica a influência que tiveram, naquele contexto, os mecanismos sociais de acomodação baseados no receio das elites coloniais em relação aos riscos que qualquer agitação social traria para a economia.

A vinda da Corte para o Brasil, com o enraizamento do Estado e dos interesses portugueses no Centro-Sul, processo que a autora denominou de “interiorização da metrópole”, representou não uma ruptura, mas a continuidade em um processo de transição da colônia para o império. O surto de crescimento que tivera início a partir da descoberta das minas de ouro e diamante na passagem dos séculos XVII para XVIII, apesar do esgotamento das minas na segunda metade do século XVIII, não sofreu interrupção. A estrutura de estradas e a rede de pequenas vilas e fazendas que se criaram no período ligando as Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro serviram de suporte à produção agrícola e pecuária destinada à exportação e também ao abastecimento da população local. Com a chegada da

¹⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Aspectos da Ilustração brasileira*.

¹⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole*. In: _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*.

Corte a demanda por esses produtos se elevaria consideravelmente gerando, a princípio, uma crise no abastecimento. Crise esta que seria logo seguida pela ampliação e intensificação da rede de comércio que já ligava o Rio a Minas e a São Paulo. Tudo isso proporcionou a mais estreita integração entre essas províncias do Centro-Sul, fazendo com que a região liderasse, posteriormente, o processo de rompimento com Portugal.

Maria Odila também sugere que o fortalecimento das elites da região estava associado às estreitas inter-relações dos interesses comerciais com os agrários, ao contrário do que antes se pensara. Suas elites comerciais, enriquecidas principalmente pelo tráfico negreiro, estreitarão seus laços com a burocracia da Corte, tanto pela realização de investimentos em obras públicas quanto pelos casamentos entre filhos de uns e de outros. A proximidade do trono proporcionaria aos comerciantes estabelecidos no Rio de Janeiro acesso privilegiado à exploração de postos e de serviços administrativos, que, por falta de funcionários e de estrutura administrativa, passaram a ser terceirizados pela Coroa. Essa mesma elite será ainda a grande beneficiária das doações de sesmarias, onde, mais tarde, surgiram as imensas fazendas produtoras de café, principal riqueza do país durante todo o século XIX e começo do XX.

Outro caminho importante aberto por Maria Odila aponta no sentido de mostrar como esse cenário lançou os fundamentos do novo império a partir do controle do Rio de Janeiro sobre as demais capitanias, especialmente as do Nordeste. O grande volume de recursos investidos na transformação do Rio em metrópole, às custas da elevação dos impostos sobre as demais partes da antiga colônia, teria representando, do ponto de vista das demais capitanias, apenas um recrudescimento dos processo de colonização portuguesa do século anterior.

No entanto, entre as classes dominantes tanto do Sul quanto do Norte, a enorme distância que as separava do resto sociedade seria um fator de união. Ainda mais reforçado pelo temor de aqui se repetirem os acontecimentos de São Domingos, onde uma revolta

de escravos tinha dizimado a população branca. Tal perigo, sempre lembrado pelos conservadores, se casava bem com o espírito da contra-revolução européia que se seguira à queda de Napoleão. Mas, principalmente, seria o risco que representavam para a estabilidade econômica, que neutralizaria inconfidências, revoltas e regionalismos de caráter separatista como os que mais de uma vez agitariam Pernambuco.

Da peculiaridade desse modo de transição resultou que o processo de Independência do Brasil de Portugal não foi marcado por um movimento nacionalista ou revolucionário, e também não ensejou, na sequência, um processo de consolidação nacional. A continuidade da ordem existente com a manutenção da monarquia era a grande preocupação dos homens que forjaram a transição para o Império. Ao contrário das elites *criollas*, que expulsaram e expropriaram os espanhóis metropolitanos, as elites brasileiras se confundiram com as portuguesas, que acabaram por enraizar seus capitais e interesses no Brasil.

A idéia de que se precisava de um governo central forte para neutralizar os conflitos da sociedade e as forças de desagregação internas era defendida pelos ilustrados brasileiros, que a viam como fator decisivo para a manutenção da unidade. Dessa forma, conclui Maria Odila, a independência se fez com base em um incipiente nacionalismo didático, integrador e progressista, que daria origem, no Segundo Reinado, a uma consciência nacional eminentemente elitista e utilitária.

5. RAZÕES DA PECULIARIDADE DE NOSSO MODELO: BASES INTELLECTUAIS E IDEOLÓGICAS DA ELITE QUE FEZ A NOSSA INDEPENDÊNCIA

Em “Aspectos da Ilustração brasileira”, publicado quatro anos antes do texto que resumi acima, Maria Odila já havia mapeado as bases sociais, intelectuais e ideológicas que orientariam a ação da elite brasileira naquele contexto. A forma moderada com que o Brasil se tornou independente de Portugal, conservando inclusive a

mesma dinastia no trono, pode ser apenas parcialmente explicada pela vinda da Corte e da estrutura administrativa para o Rio de Janeiro. Só mesmo a existência de uma elite constituída com base nos mesmos valores que tinham predominado durante todo a Regência e Reinado de d. João VI poderia dar sustentação a um modelo político que conservaria muito do que nos viera de Portugal.

“Aspectos da Ilustração brasileira” analisa a formação dos grandes quadros intelectuais e científicos que comporiam aquela elite – grupo formado na Universidade de Coimbra, que optou por uma formação que tinha por base os conhecimentos úteis, as ciências naturais e a matemática em detrimento das belas-letas e que teve em d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares, seu principal mentor. No entanto, esse movimento de cooptação da juventude culta brasileira teria começado com Pombal e sua política de industrialização portuguesa, que deveria ter por base as matérias-primas produzidas no Brasil. Para desenvolver e diversificar a produção agrícola da colônia americana, de forma que compensasse as oscilações dos rendimentos do quinto e a baixa do preço do açúcar, o poderoso ministro de d. José I encomendou aos governadores e capitães gerais das principais capitanias a realização de estudos sobre a flora brasileira e de levantamento de seus produtos mais comerciáveis. Com isso, foi produzida por brasileiros letrados uma série de trabalhos geográficos e estatísticos, que seriam depois continuados sob a orientação de d. Rodrigo.

Para Maria Odila, tais estudos, que eram freqüentemente acompanhados por relatórios de viagem, mereceriam ser analisados como parte integrante do processo de formação de uma consciência nacional, pois revelam os conhecimentos que os brasileiros daquele tempo dispunham sobre a realidade de sua terra. Esses trabalhos de natureza empírica e objetiva constituiriam, a seu ver, um patrimônio documental de caráter mais específico para os estudos das origens de uma cultura brasileira “do que a análise das primeiras manifestações revolucionárias e republicanas da colônia, formas generalizadas de um movimento cosmopolita e universal”.

Esses jovens ilustrados eram, em sua maioria, filhos dos grandes proprietários e negociantes brasileiros, estando perfeitamente identificados com os interesses materiais de seu grupo de origem e, por isso, não aderiram ao liberalismo democrático de Jean-Jacques Rousseau. Educados na atmosfera de Reforma do Antigo Regime que marcou a segunda metade do século XVIII português e no despotismo ilustrado que orientaria a política joanina, imbuídos de sentimento patriótico que os ligava à grande família portuguesa que se espalhava por vários continentes, estimulados por d. Rodrigo, adotariam o sonho do grande império luso-brasileiro.

Assim, Maria Odila chama a atenção para um aspecto fundamental da mentalidade desse grupo, que teria conseqüências para os desdobramentos posteriores de nossa história. Segundo a autora, “quase não se vislumbravam idéias de separação entre os ilustrados brasileiros”, e menos ainda depois da vinda da família real para o Brasil, quando pareceu a eles que ia se concretizar o ideal de um grande império português centralizado na América. O que buscavam era a reforma do Estado absolutista nos moldes sonhados pelos reformadores, que viam no Brasil a única esperança de um futuro glorioso para Portugal. Pudemos constatar nos debates que marcaram a imprensa da Independência como esse sonho persistiria na mente de muitos brasileiros de atuação decisiva, até mesmo depois do Fico. Maria Odila vai ainda mais longe quando diz:

Tem-se a impressão de que a independência veio refrear um pouco os sonhos dos ilustrados brasileiros – sonhos que envolviam visões otimistas não somente de progresso material, como também de regeneração social, antecipando uma transfiguração idealista do novo império americano.

Um aspecto ressaltado pela autora é o papel da política do Estado, tanto com Pombal quanto com d. Rodrigo, nesse movimento de formação de quadros brasileiros e de cooptação dos mesmos para o grande projeto português. Naturalmente que, após a Independência

¹⁸ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política: 1789-1822.*

dência, o Império a que dedicariam seus talentos e esforços seria outro. Migrando das ciências exatas para a política, como foi o caso de José Bonifácio de Andrada, eles levaram para a atividade pública o pragmatismo e o racionalismo próprio da Ciência. Evitando as abstrações e as teorias políticas tão caras aos grupos mais identificados com os ideais da Revolução Francesa, eles procurariam “dar à política uma feição essencialmente moderada, preocupando-se, sobretudo, com a ordem, e lutando para manter a unidade do país e um executivo forte”.

6. O REFORMISMO ILUSTRADO E SUA ADAPTAÇÃO PÓS-TRANSFERÊNCIA DA CORTE

Toda uma geração de jovens, boa parte deles nascidos no Brasil, se formaria tendo como ideal de progresso e desenvolvimento para todo o reino português, inclusive sua grande colônia americana, o programa pensado no âmbito do chamado reformismo ilustrado. O livro de Maria de Lourdes Viana Lyra, *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política: 1789-1822*,¹⁸ esquadrinha o universo de idéias e símbolos que foram utilizados para construir esse ideal, concentrando-se especialmente no discurso de d. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A autora percorre o caminho seguido pela idéia de Império luso-brasileiro desde quando, no reinado de d. João IV, o padre Antonio Vieira lançou a bandeira do Quinto Império para levantar o orgulho do povo português e estimulá-lo à lutar pela recuperação da autonomia do Reino diante da Espanha. Seguindo essa trilha, Maria de Lourdes produz certamente o estudo mais completo sobre o conteúdo e as contradições do chamado reformismo ilustrado no que diz respeito ao Brasil. A autora desencava as raízes do conceito, a partir da evolução do pensamento liberal propiciada pelas revoluções inglesa, americana e francesa. Ela também analisa as idéias de dois autores do século XVIII que estiveram na base das formulações teóricas do reformismo ilustrado em Portugal: o abade Raynal e Adam Smith. A inevitabilidade da independência das

colônias americanas, prevista pelos dois, e a maneira de sanar os danos que isto causaria às suas metrópoles, sugerida pelo segundo, vão influenciar na fórmula intermediária que intelectuais a serviço do absolutismo português desenvolveriam para preservar a colônia sem mudar o regime.

Seu estudo também nos proporciona uma viagem pela história das visões do Brasil que circulavam na Europa e das idealizações que se construíram a partir não só dos relatos, mas também por conta da própria realidade desesperançada dos portugueses, que poucas saídas tinham para o crescimento da metrópole, cada vez mais dependente de sua mais importante colônia. O império americano lavava a alma portuguesa da humilhação de ser uma nação de segunda no contexto das monarquias européias, e os confortava com a idéia de que possuíam um tesouro na América, uma terra prometida para onde a Coroa e o próprio povo de Portugal poderiam migrar a qualquer momento. Terra tão rica e boa que, para alguns, valeria até mesmo a troca da sede européia pelas possessões espanholas na América do Sul, a fim de realizar o destino do poderoso império luso-brasileiro. As dimensões continentais dessa terra eram tais que a ela só poderia caber o título de Império.

O livro de Maria de Lourdes é também um precioso estudo sobre o pensamento de d. Rodrigo de Sousa Coutinho e de outros ilustrados acerca do Brasil, e de como esse corpo de idéias lidou com as situações do acaso. A tese do poderoso império, elaborada no âmbito do reformismo ilustrado, serviu para mitigar a imagem absolutista do regime monárquico português e para mascarar a profunda desigualdade no tratamento dado à colônia em favor da metrópole. Sob a alegação do necessário equilíbrio entre as duas partes do Reino, o Brasil, por suas dimensões, estaria destinado à produção das matérias-primas que, na Europa, movimentavam a balança comercial portuguesa. Portugal, por sua vez, além de conservar o monopólio da produção do vinho e do azeite, devia receber investimentos no sentido de estimular o incremento e a diversificação de sua produção industrial.

No entanto, o modelo que embasava esse ideal tinha como pontos de ancoragem o fato de que se destinava a Portugal o posto necessário de líder da nação portuguesa, tanto por sua história quanto por estar situado no continente europeu, junto ao grande mercado, vizinho das demais Coroas. No entanto, depois de 1808, com o estabelecimento da sede da monarquia na América essa tese ficaria comprometida. Afinal, Portugal se mostrara um lugar estrategicamente menos favorável à sobrevivência da monarquia do que o Brasil, protegido pela distância e por sua imensa costa de um possível ataque estrangeiro. Ao mesmo tempo, a transferência da Corte também mostraria que o mesmo poderoso império se tornaria mais viável se governado e administrado diretamente da América.

Essa também é outra contribuição do trabalho de Maria de Lourdes: a análise da adaptação do projeto do poderoso império à nova realidade no discurso de d. Rodrigo, que, no Brasil, volta a ocupar o posto de principal ministro de d. João. D. Rodrigo, que também fora, antes de 1807, um dos intelectuais portugueses que tinham defendido a idéia da transferência da sede da Corte para o Brasil. Projeto que, levado a cabo por força das circunstâncias, tinha muitos adversários entre os conselheiros de d. João. No Rio de Janeiro, o grande esforço de d. Rodrigo foi no sentido de realizar, a partir do Brasil, as reformas que o Reino de Portugal precisava, mantendo o projeto do grandioso império, sem explicitar, pelo menos em seus documentos, a evidente intenção de tornar definitiva a permanência da Corte no Brasil.

D. Rodrigo morreu em 1812. Não enfrentou, por isso, a pressão que, da Europa, fizeram os portugueses para restabelecer o modelo antigo. Um dos seus seguidores, Silvestre Pinheiro, o mais ilustrado representante desse projeto junto a d. João, apresentaria, em 1814, a divisão dos dois reinos como alternativa às pressões portuguesas, que, depois da expulsão dos franceses se intensificariam. D. João permaneceria no Brasil e o príncipe d. Pedro seguiria para Portugal, convertido em uma espécie de reino anexo ao Brasil, com relativa autonomia administrativa.

D. Rodrigo, que, com muito recursos retóricos tentara manter os portugueses na mesma ilusão com que, na década anterior, conseguira atrair os brasileiros para o seu projeto, talvez não tivesse ido tão longe. O fato é que a tese do poderoso império luso-brasileiro se desfez por inevitável depois que a sede do poder mudou para o Rio. Os portugueses da Europa não se conformaram com o papel secundário a que estavam destinados na era americana da monarquia portuguesa. Um dos dois lados fatalmente romperia. A solução encontrada pelos ilustrados brasileiros que tinham se formado sob a orientação de d. Rodrigo, no entanto, foi a mais próxima possível do seu projeto: o rei voltou mas aqui ficou o príncipe. E, apesar da Independência, o vínculo com Portugal prolongar-se-ia, por intermédio da dinastia Bragança, até o final do século XIX. Uma transição lenta e gradual que teria agradado aos reformistas ilustrados do final do século XVIII.

Dessa maneira, o trabalho de Maria de Lourdes, publicado pela primeira vez no final da década de 1970, completou o concentrado esboço analítico que havia sido produzido por Maria Odila. Creio que o trabalho de Kirsten Schultz é herdeiro direto dessa tradição de historiadoras que produziram análises de conjunto da realidade brasileira daquele período, a partir de uma pesquisa documental densa. Cada uma em seu estilo representam uma tradição preciosa na historiografia brasileira, que, talvez, depois que vierem à luz os tantos trabalhos produzidos em virtude da comemoração dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, será ainda mais aumentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Moderna, 1980.
- AZEVEDO, Francisca de *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- _____. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- _____. Aspectos da Ilustração brasileira. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1968.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 1992.
- GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Planeta, 2007
- IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello de. *Silva Porto: livreiro na Corte de d. João*, editor na Independência. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.
- KURY, Lorelai. *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 25).
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livaria Martins Editora, 1942.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Coleção Perfis Brasileiros).
- _____. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política: 1789-1822*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1994.
- MARIZ, Vasco. *A música do Rio de Janeiro no tempo de d. João VI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 24).
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2008.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.

_____. *História do Império: o Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1939.

NEPOMUCENO, Rosa. *O jardim de d. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RICÚPERO, Rubens. O problema da Abertura dos Portos. In: OLIVEIRA, Luis Valente de; RICÚPERO, Rubens (Org.). São Paulo: Ed. Senac. p. 15-50.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: Império, Monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. São Paulo: Record, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERj, 2007.

_____. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SOUSA, Otávio Tarquínio. *A vida de d. Pedro I*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952. (Coleção Documentos Brasileiros, 71-A).

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1961. v. 2.

